



**DADOS DO TRABALHO**

**CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 1988**

**TÍTULO**

Criação do sistema do ICMS Turismo

**ÓRGÃO/ENTIDADE EXECUTOR(A)**

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

**CATEGORIA**

Iniciativas Implementadas de Sucesso

**TEMÁTICA GERAL**

Inovação em Processos Organizacionais

**ÁREA TEMÁTICA ESPECÍFICA**

Tecnologia da Informação e Comunicação

**RESUMO**

Foi criado um sistema para envio, análise da documentação municipal e cálculo dos índices de repasse dos recursos destinados ao ICMS Turismo, nos termos da Lei n.º 18.030/2009. O sistema também foi idealizado para se tornar um ambiente de comunicação e notificação aos municípios, de arquivamento on line da documentação e de geração de relatórios. Eliminamos a utilização de papel impresso ou xerocado e a expedição de correspondências, reduzindo custos financeiros e ambientais. Com o envio eletrônico da documentação, eliminamos também a necessidade de disponibilização de ambientes físicos para armazenagem. Importante mencionar que essa importante política pública foi premiada com o segundo lugar do prêmio nacional do turismo do Ministério do Turismo em 2019, na categoria



"Fortalecimento da Gestão Integrada e Descentralizada do Turismo"; neste momento viemos apresentar o Sistema do ICMS Turismo que é a ferramenta essencial para execução desta premiada e inovadora política pública.

## PALAVRAS-CHAVE

Produtividade Agilidade Histórico Economia

## CANVAS DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

INSUMOS	O QUE? POR QUE?	FATORES IMPORTANTES
RECURSO NECESSÁRIOS	DESAFIO/PROBLEMA	PÚBLICO-ALVO
Técnico de TI (programador)	Reduzir o volume anual de papel enviado pelos municípios	Municípios mineiros. Envio anual de documentação
Computador	Reduzir o volume anual de papel expedido pela Secretaria	Comissão Técnica. Obrigação legal de análise documental
Internet	Desenvolver e manter o sistema com mão de obra orgânica	Instâncias de governança regionais
Técnicas da área finalística	Dificuldade de localizar documentação municipal	
Servidor para armazenagem de dados	Reduzir o espaço físico de armazenamento	
PARCERIAS	IDEIA/INICIATIVA	RISCOS E INCERTEZAS
Incialmente foi realizada uma parceria com a SEDECTES	Desde 2017 foi evitado o gasto aprox de 330.200 folhas	Possível ausência de recursos financeiros e orgânicos
	Criação e fortalecimento do Núcleo de TI da Secretaria	
	Armazenamento de todas as documentações municipais ano a ano	
	Eliminação de arquivos físicos	
ANÁLISE FINANCEIRA	VALOR GERADO	ESTRATÉGIA DE APRIMORAMENTO E MULTIPLICAÇÃO
Não houve investimento financeiro	Redução dos custos administrativos para os municípios	Parceria entre as áreas técnica envolvidas
	Eliminação do risco de extravio de documentos	
	Acesso contínuo à documentação municipal	
	Aumento na produtividade	
	Facilitação na consulta de dados e documentos	

## DETALHAMENTO DA IDEIA/INICIATIVA

## O QUE? POR QUE?

## DESAFIO/PROBLEMA

Anualmente a Comissão técnica do ICMS Turismo recebia um volume imenso de documentação física para processamento da análise do pleito de habilitação dos municípios ao repasse dos recursos nos termos da Lei n.º 18.030/09. No entanto, muitas das documentações recebidas ano a ano se tratavam de documentos repetidos, por exemplo leis, regulamentações e planos de turismo, que por necessidade legal precisavam constar no rol da documentação anual obrigatória para habilitação do município. Assim os processos a serem analisados pela Comissão



ficavam muito volumosos, gerava o envio e uma reanálise desnecessária de alguns requisitos que já haviam sido aprovados pela Comissão técnica no ano anterior e contribuía com o aumento do volume físico da documentação a ser armazenada fisicamente pela Secretaria. Outro fator importante era a perda, por parte dos municípios, de documentações referentes ao cumprimento dos critérios de habilitação ao ICMS Turismo, principalmente quando ocorria troca na gestão municipal. Constantemente, os municípios procuravam a Comissão técnica para consultar se a Comissão possuía cópia de documentos essenciais ao pleito do repasse dos recursos destinados ao ICMS Turismo.

## **IDEIA/INICIATIVA**

Pensando na problemática acima surgiu a ideia de se criar um sistema para recebimento, análise e arquivamento on line da documentação dos municípios. Para ter acesso ao sistema os municípios enviam para a Comissão técnica um ofício assinado pelo Prefeito indicando o gestor municipal responsável pela plataforma on line, esse envio pode ocorrer de forma física ou digital, conforme preconizado na Resolução SETUR n.º 25/2017. A partir do cadastro do gestor municipal no sistema, todo e qualquer envio de documentação passa a ocorrer na plataforma [www.icmsturismo.mg.gov.br](http://www.icmsturismo.mg.gov.br). As análises e notificações também ocorrem nesse mesmo ambiente. Com a criação do sistema, os municípios não precisam mais reencaminhar ano a ano os documentos já aprovados pela Comissão do ICMS Turismo, nos termos previstos no Decreto n.º 45.403/2010, assim, os documentos classificados como perenes, tais como leis, regulamentações e planos municipais de turismo, precisam ser alterados apenas quando houver necessidade devido a uma eventual atualização dos mesmos, diminuindo o tempo de trabalho em ambos os casos. Para aqueles municípios que pleiteiam recorrentemente o repasse dos recursos destinados ao ICMS Turismo, anualmente precisam encaminhar apenas algumas declarações e comprovação das ações executadas no ano, tornando mais célere o envio e a análise por parte da Comissão. Além dessa praticidade e celeridade no envio e na análise da documentação, a redução do volume físico de documentação a ser manipulada e armazenada pela Comissão reduziu drasticamente, surtindo um efeito positivo tanto na questão ambiental, laboral e de armazenamento físico. O volume atualmente produzido para análise da documentação por parte da Secretaria, independentemente do número de pleitos recebidos, possui uma taxa praticamente igual a zero quanto a impressão de documentação. O Sistema pode ser acessado na página [www.icmsturismo.mg.gov.br](http://www.icmsturismo.mg.gov.br)

## **ESTUDOS PRELIMINARES**

## **GRAU DE NOVIDADE**

O Sistema do ICMS Turismo foi o primeiro sistema desenvolvido pela Secretaria com interface exclusiva com os municípios mineiros e Instâncias de Governança Regionais para recebimento da documentação de análise ao repasse dos recursos do ICMS Turismo. Até o momento da sua criação, todo o processamento das análises era realizado exclusivamente com o envio físico de documentos para a Secretaria. Nos inspiramos no sistema desenvolvido pela antiga Secretaria Estadual de Esportes, para receber a documentação de pleito ao repasse do ICMS Esportivo e também em diversas outras plataformas de recebimento de demandas e documentações, como os programas da Receita



Federal, Estadual e Municipal.

## **VALOR GERADO**

A iniciativa reduziu o custo financeiro, ambiental e laboral tanto para os municípios, quanto para o Estado. A redução do custo financeiro pode ser verificada pela redução do volume de papel utilizado para comprovação e análise do requisitos do ICMS Turismo e também com a eliminação de custos com envelopes e taxas de expedição das documentações. A redução de danos ambientais se deve ao fato de que, desde a sua implementação em 2017, houve uma redução na emissão de mais de 300.000 folhas de papel. A redução laboral ocorre tanto por parte dos municípios, quanto da Comissão técnica, uma vez que após inserida e aprovada uma documentação, o seu reenvio e sua reanálise torna-se desnecessária. Também é importante destacar que as trocas nas gestões municipais por vezes geram perda de documentação e histórico das ações realizadas, assim, com o arquivamento digital de documentações e comprovações das ações, o município sempre terá acesso as informações já executadas em prol da política pública do turismo.

## **RESULTADOS MENSURADOS**

Além dos custos de envio e armazenamento das documentações e notificações, no primeiro ano de sua implementação (2017) o sistema evitou que fossem impressos/xerocados aproximadamente 62.400 folhas de papel, em 2018 esse número passou para 86.400, em 2019 foi de 87.200 e em 2020 foi 94.200. Além desse ganho ambiental, podemos elencar a economia com insumos administrativos para acondicionamento e arquivamento da documentação. Outro ponto muito importante a ser analisado, foi a manutenção de um histórico documental para consulta tanto do município, quanto do estado, diminuindo a demanda para o acesso de documentação e evitando a perda de documentos importantes para o desenvolvimento da política pública de turismo. Também precisamos citar na celeridade das análises da Comissão, tanto em relação ao tempo que antigamente levávamos para receber a documentação dos Correios, sem contar com eventuais extravios no Setor de Protocolo ou mesmo internamente na Secretaria, quanto pela desnecessidade de se reanalisar a documentação que já havia sido aprovada em análise anterior. Por parte dos municípios também foi verificada uma maior celeridade, uma vez que documentos aprovados anteriormente pela Comissão não precisam ser inseridos novamente.

## **FATORES IMPORTANTES**

## **PÚBLICO ALVO**

Podemos identificar dois públicos alvos principais: o primeiro são os municípios mineiros pleiteantes dos recursos do ICMS Turismo e de outro lado a Secretaria de Estado de Turismo por meio de sua Comissão Técnica, responsável pelas análises técnicas e manipulação das documentações. Também citamos a Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria, responsável pelo fornecimento de insumos administrativos e espaço físico de armazenamento, e o Setor de Protocolo Central da Cidade Administrativa, pela redução do volume de correspondências recebidas e expedidas.



## **RISCOS E INCERTEZAS**

A maior dificuldade para implementação do Sistema do ICMS Turismo era a ausência de recursos para contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do sistema idealizado pela Comissão Técnica. Em dado momento, a Secretaria surgiu a possibilidade da recepção de um programador orgânico capaz de desenvolver o sonhado sistema, e assim deu-se início à implementação da iniciativa. Além de não possuir recursos financeiros para contratação de mão de obra, também não tínhamos recursos para pagar os custos com o armazenamento de dados, assim, inicialmente foi feita uma parceria com a SEDCTES para hospedagem e armazenamento do sistema. Essa parceria durou até o ano de 2020, quando a hospedagem e o armazenamento foram integralmente transferidos para a Secretaria, que está utilizando de mão de obra orgânica e equipamento próprio para hospedagem e armazenamento do sistema.

## **ESTRATÉGIA DE APRIMORAMENTO E MULTIPLICAÇÃO**

O uso constante pelos municípios e pela Comissão Técnica gera constante feedback sobre possíveis pontos de melhorias no sistema. As informações e relatórios gerados pelo Sistema subsidiam análises e publicações sobre a política pública do turismo nos municípios. Recentemente foi realizada uma apresentação para o Ministério do Turismo, para benchmarking do nosso sistema, uma vez que eles estão estudando a criação de um sistema para recebimento e análise de dados e documentações dos municípios e estados. Estamos atualmente trabalhando em uma melhoria de uma das páginas do sistema para o aprimoramento e detalhamento de informações que possam melhor subsidiar as análises do Observatório do Turismo Mineiro coordenado pela Secretaria.

## **INSUMOS**

## **RECURSOS NECESSÁRIOS**

## **RECURSOS HUMANOS**

Para a implementação da iniciativa foi utilizada exclusivamente mão de obra orgânica, sendo composta de um programador de TI e duas técnicas da Comissão técnica do ICMS Turismo. O programador idealizador do sistema não está mais vinculado à Secretaria e atualmente outro programador, também da estrutura orgânica da Secretaria, dá o suporte de manutenção e aprimoramento do Sistema.

## **INFRA-ESTRUTURA**

O sistema foi desenvolvido na linguagem de programação python, usando o framework web2py. Utiliza um servidor virtual com 8 GB de RAM, 4 processadores e 100Gb de HD.



## **ANÁLISE FINANCEIRA**

### **CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO**

A implementação da iniciativa não gerou custo adicional para a Secretaria uma vez que foi desenvolvido com mão de obra orgânica, equipamentos existentes no órgão e parceria com equipamentos existentes em outro órgão parceiro (SEDCTES).

### **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

A implementação e a manutenção da iniciativa não gerou custo adicional para a Secretaria uma vez que foi desenvolvido com mão de obra orgânica, equipamentos existentes no órgão e parceria com equipamentos existentes em outro órgão parceiro (SEDCTES).

### **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

A implementação e a manutenção da iniciativa não gerou custo adicional para a Secretaria uma vez que foi desenvolvido com mão de obra orgânica, equipamentos existentes no órgão e parceria com equipamentos existentes em outro órgão parceiro (SEDCTES).

### **PARCERIAS**

Entre os anos de 2017 e início de 2020 foi realizada uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para hospedagem e armazenamento do sistema e seus dados. Atualmente os dados estão sendo armazenados em máquina própria da Secretaria de Cultura e Turismo.

Entre os anos de 2017 e início de 2020 foi realizada uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para hospedagem e armazenamento do sistema e seus dados. Atualmente os dados estão sendo armazenados em máquina própria da Secretaria de Cultura e Turismo.

### **ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO**

Além da efetiva criação do Sistema, foi editada em dezembro de 2016 a Resolução n.º 45/2016, para acolher a possibilidade legal do recebimento digital dos documentos dos municípios para o pleito do ICMS Turismo, nos termos da Lei n.º 18.030/2009, também foi elaborado e amplamente divulgado um guia orientador para auxiliar os gestores municipais a inserir e gerir a documentação nos sistema.



## **CRONOGRAMA**

DESCRIÇÃO	INICIO	TÉRMINO	STATUS	ENTREGA
Criação do Sistema	01/12/2016	15/01/2017	Concluído	Sistema criado
Manutenção e inovação do Sistema	16/01/2017	22/09/2020	Em andamento	Manutenção contínua